

A condição animal na filosofia de Tomás de Aquino

The animal condition in Aquinas' philosophy

Sandro de Souza Ferreira

ksferreira@terra.com.br

Doutorando em Filosofia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

Resumo

A questão animal permeia a história da filosofia, mas como tema marginal. O animal sempre ocorreu à filosofia para servir de ponto de apoio a partir do qual se ergue a humanidade do homem. A condição do animal, então, é a de testemunha da dignidade do homem. No pensamento de Tomás de Aquino, a questão da animalidade não vai destoar desse quadro. Os animais ocupam espaço no mundo para alcançar conforto, segurança e alimento ao homem. Há, por ordenação divina, um escalonamento dos seres segundo a perfeição de cada um, partindo-se da vida em seu estágio mais elementar, passando-se aos animais e, depois, ao ápice da escala: o homem. O espaço que cada ser ocupa na escala de perfeição repercute no plano moral e a proteção respectiva é reservada apenas ao último estágio. O objetivo deste texto é, justamente, expor e analisar a forma como o aquinate pensou a questão animal. Parte-se da exposição daquela que é apontada como a pedra angular do pensamento tomásico: o homem como animal racional, social e político. Depois, analisam-se a matriz teórica da construção de Tomás de Aquino – o creacionismo – e as suas repercussões na seara moral – o perfeccionismo.

Palavras-chave: animais, Tomás de Aquino, moral.

Abstract

The animal question underlines the history of philosophy, but as a marginal theme. In fact, the animal usually served as a matter of support from which erects man's humanity. So, the animal condition is in the shape of witness of man's dignity. It's not different in Aquinas' thought. For him, animals fill a space in the world to offer comfort, security and food to man. By divine ordination, there is a scale of division to the beings according to the grade of perfection of each one of them, starting in life in its primitive stage, reaching animals and, after, the edge of this scale: the man. The space that each one occupies in this scale of perfection reflects in the moral plan and the protection is reserved only for the one of the last stage. The objective of this text is to expose and analyze the way that Aquinas thought the animal condition, considering at first the core of Aquinas' thought, that is: man as rational, social and politician animal. Afterwards, both Aquinas' theory of construction – the creationism – and its reflection in the moral sphere – the perfectionism – are analyzed.

Key words: animals, Aquinas, moral.

Introdução

A questão animal permeia a história da filosofia, mas como tema marginal. O animal – o bruto, a vida em estado puro e simples – sempre ocorreu à filosofia para servir de ponto de apoio a partir do qual se ergue a humanidade do homem – o animal racional, o animal que tem linguagem,

o animal que ri, o animal que responde, o animal que utiliza ferramentas, o animal que enterra seus mortos, o animal que formula imagens, o animal que chora, o animal que se suicida, etc. A condição do animal, então, é a de testemunha da dignidade do homem.

No pensamento de Tomás de Aquino, a questão da animalidade não vai destoar desse quadro. Os animais – as bestas – ocupam espaço no mundo para alcançar conforto, segurança e alimento ao homem. Há, por ordenação divina, um escalonamento dos seres segundo a perfeição de cada um, partindo-se da vida em seu estágio mais elementar, passando-se aos animais e, depois, ao ápice da escala: o homem. O espaço que cada ser ocupa na escala de perfeição repercute no plano moral e a proteção respectiva é reservada apenas ao último estágio.

O objetivo deste texto é, justamente, expor e analisar a forma como o aquinate pensou a questão animal.

Partiu-se da exposição daquela que é apontada como a pedra angular do pensamento tomásico: o homem como animal racional, social e político – repercussões da filosofia de Aristóteles –, em oposição à qual se revela a existência puramente animal.

No passo seguinte, foram expostas a matriz teórica da construção de Tomás de Aquino – o criacionismo – e as suas repercussões na seara moral – o perfeccionismo.

O fechamento do ensaio é composto do exame das repercussões da estruturação moral perfeccionista – inclusive para além da animalidade – e das perspectivas de abordagem, a partir dela e também contra ela, da questão animal.

Razão e animalidade

A ética – assim como a política – de Tomás de Aquino é estruturada a partir da concepção – de inspiração aristotélica – de que o homem é, fundamentalmente, um animal racional. Na vida terrena, o homem adquire conhecimento das coisas – entre elas o bem e o mal – e a vontade é livre para delas fazer uso conforme a razão. Como animal racional – um ser capaz de conhecer – o homem é capaz de conceber fins e se destina a um fim último: conhecer e amar a Deus – a visão beatífica. É na condição de ser racional, capaz de atingir o fim último do universo, que repousa a dignidade do homem: “E na dignidade do fim, porque só a criatura intelectual chega com sua operação ao mesmo fim último do universo, a saber, conhecendo e amando a Deus” (Aquino, 1951, p. 301).

Pela razão, o homem aparta-se do mundo natural – ao qual permanecem presos os outros animais – e forma a sociedade humana – “O homem é, por natureza, animal social e político, vivendo em multidão” (Aquino, 1931, p. 2). E, ao destacar-se da natureza, atinge o homem uma nobreza que não pode ser compartilhada com os demais seres: a nobreza de estar mais próximo à semelhança de Deus – “Em todas as partes do universo são mais nobres as criaturas intelectuais, porque se aproximam mais à semelhança divina” (Aquino, 1951, p. 302).

Presos ao mundo natural, os animais sem razão – os brutos – estão no mundo em uma

condição de inferioridade. Eles não são capazes de conceber um fim último – conhecer e amar a Deus – e sequer alcançam a realização de operações elementares para o desenvolvimento da vida prática. Não podem, portanto, ocupar outra posição que não a de instrumentos para o bom uso do homem – “As substâncias intelectuais são governadas em razão de si mesmas e as demais coisas em razão daquelas” (Aquino, 1951, p. 302).

O que tem domínio de seu ato é livre no agir, pois é livre aquele que é causa de si; por sua vez, aquele que por necessidade é atuado por outro, está sujeito à servidão. Por isso, toda a criatura está naturalmente sujeita à servidão, e só a natureza intelectual é livre. E em qualquer regime aos livres se os provê em razão de si mesmos, e aos servos para que sejam úteis aos livres. Assim, pois, mediante a divina providência se provê às criaturas intelectuais em razão de si mesmas e às demais criaturas em razão daquelas. (Aquino, 1951, p. 302)

O domínio do homem sobre tudo o que permanece dentro dos limites do mundo natural, portanto, é justificado. O homem supera “as demais criaturas tanto na perfeição de sua natureza como na dignidade de seu fim” (Aquino, 1951, p. 300). “Só a criatura racional tem domínio de seu ato, agindo livremente para edificar; as demais criaturas, ao contrário, não atuam, mas sim são atuadas” (Aquino, 1951, p. 300).

O governo, na construção de Tomás de Aquino, então, é o governo da razão, e os seres, ou têm razão e são agentes, ou não têm razão e são instrumentos – “O que somente é atuado por outrem tem condição de instrumento, enquanto o que age por si tem razão de agente principal” (Aquino, 1951, p. 301).

Perfeccionismo e creacionismo

O homem como animal racional constitui um ser capaz de dirigir-se a um fim último – a visão beatífica. Antes, porém, de alcançar esse fim último, no plano mundano existem fins específicos a serem alcançados. Todos convergem para a plena realização pessoal: a felicidade – “o bem perfeito da natureza intelectual” (Aquino, 1980, p. 259). Na vida terrena, a felicidade coincidirá com a obtenção de bens exteriores e com o cultivo das virtudes. Essa felicidade, porém, será sempre imperfeita – “tal como pode ser alcançada nesta vida” (Aquino, 1980, p. 1.071). A beatitude perfeita – “a visão da essência divina” (Aquino, 1980, p. 1.069) – está acima da natureza homem e de todas as demais criaturas – “Todo o conhecimento conforme ao modo da substância criada não alcança a visão da divina essência, que excede infinitamente toda a substância criada” (Aquino, 1980, p. 1.075).

O homem, então, é o único que ocupa o status de cidadão no reino para onde convergem todos os fins. Partindo desse postulado – de inspiração formal aristotélica – Tomás de Aquino chegará, no plano moral, a um novo ponto de convergência com o estagirita: o perfeccionismo.

Na ordem natural – para Aristóteles – ou por ordenação divina – para Tomás de Aquino – cada ser ocupa um lugar específico no mundo, conforme seu grau de perfeição. Há um escalonamento segundo cada perfeição e, do menos perfeito, vai-se ao que está no estágio

superior. O inferiorizado na escala de perfeição serve de instrumento ao que se encontra no patamar superior. No ápice da escala está o homem – o único que pode conceber fins e, por isso, reivindicar o status de cidadão no reino do fim último.

Na ordem das coisas, as menos perfeitas são para as mais perfeitas; assim como também, no seu processo de geração, a natureza vai do imperfeito para o perfeito. Donde vem que, na geração do homem, forma-se em primeiro lugar o ser vivo, depois o animal e depois o homem, assim também os seres que só têm vida, como as plantas, são destinados a servir geralmente a todos os animais; e os animais, ao homem. Por isso não é ilícito usarmos das plantas para a utilidade dos animais, e dos animais para a nossa, como está claro no Filósofo. (Aquino, 1980, p. 2.539)¹

Tudo o que está posto no mundo está posto, ao fim e ao cabo, para o benefício do homem. De perfeição em perfeição chega-se ao homem e o escalonamento, então, atinge sua culminância. E não há espaço para qualquer consideração de ordem moral que possa ir além do humano. “Os animais brutos e as plantas não têm vida racional, de modo a poderem agir por si mesmos, mas sempre agem levados por outrem, por um quase impulso natural. E isso é sinal de que são naturalmente submetidos e acomodados ao uso de outros seres” (Aquino, 1980, p. 2.540). Daí decorre que “é lícito matar as plantas para o uso dos animais e esses para o uso do homem” (Aquino, 1980, p. 2.539). E equivocam-se aqueles que “afirmam que o homem peca quando mata os animais, pois pela ordem da divina providência os animais são ordenados ao uso do homem, que usa deles sem pecado, matando-os de qualquer modo” (Aquino, 1951, p. 304).

Caridade e misericórdia

Na moral de concepção perfeccionista de Tomás de Aquino, portanto, está afastada qualquer possibilidade de ofensa – agressão, crime, pecado – contra os animais. Quem mata um boi – e de qualquer modo – não peca, exceto se esse boi pertencer à outra pessoa – e, nesse caso, o pecado não terá sido contra o boi, mas contra o proprietário do boi, que “foi danificado no seu bem” (Aquino, 1980, p. 2.540). Existem, para o aquinate, três ordens de pecados: “os pecados contra Deus, os pecados contra o próximo e os pecados contra nós mesmos” (Aquino, 1980, p. 1.575).

Tomás de Aquino mantém a coerência de sua concepção moral perfeccionista ao analisar a caridade. Se, quanto aos pecados, somente é possível pecar contra Deus, o próximo e nós mesmos, o amor de caridade somente é devido a “Deus, ao próximo, ao nosso corpo e a nós mesmos” (Aquino, 1980, p. 2.234). A caridade funda-se na “participação da felicidade” (Aquino, 1980, p. 2.233) e, como os animais não podem participar, porquanto não concebem fins, quer da felicidade perfeita quer da felicidade imperfeita, é impossível amá-los com caridade.

¹ Nas palavras de Aristóteles: “Assim, podemos concluir, primeiro, que as plantas existem por causa dos animais; segundo, que todos os animais existem em benefício do homem, os domesticados para o uso que se pode fazer deles e pela comida que fornecem; quanto aos animais selvagens, embora nem todos sirvam como alimentos nem sejam úteis de outras maneiras, podem proporcionar roupas e ferramentas. Se, então, estamos certos em acreditar que a natureza nada faz sem uma finalidade, um propósito, ela deve ter feito todas as coisas especificamente em benefício do homem” (Aristóteles, 2005, p. 156)

Nenhuma criatura irracional pode ser amada com caridade. E por tríplice razão... A primeira é que temos amizade a quem queremos bem. Ora, não podemos, propriamente, querer bem à criatura irracional, que não é capaz de possuir nenhum bem. Segundo, porque toda a amizade se funda na comunhão de vida, pois nada é tão próprio à amizade como conviver, como diz o Filósofo². Ora, as criaturas irracionais não podem participar da vida humana, que é racional. Por onde não podemos ter nenhuma amizade para com as criaturas irracionais, senão talvez metaforicamente... A terceira razão é a própria caridade, que se funda na participação da felicidade eterna, da qual não é capaz a criatura irracional. Por onde não é possível termos amor de caridade para com a criatura irracional. (Aquino, 1980, p. 2.232)

Embora não se deva amar com caridade aos animais é possível, em um sentido – no sentido passional –, tratá-los com misericórdia.

Há, no homem, duplo afeto: o racional e o passional. Ao primeiro não importa como se tratem os brutos, porque Deus lhes sujeitou todas as criaturas ao poder. E, neste sentido o Apóstolo diz que Deus não cuida dos bois, por não exigir lhe dê o homem contas de como trata os bois ou outros animais. Mas, pelo afeto da paixão o homem é movido em relação aos brutos. Pois, como a paixão da misericórdia nasce dos sofrimentos alheios, e sofrer também podem os brutos, no homem pode nascer o afeto da misericórdia mesmo para com o sofrimento deles. (Aquino, 1980, p. 1.883).

O afeto que pode conduzir o homem ao sentimento de misericórdia para com os animais jamais será racional, estando limitado ao terreno das paixões. Não tem, assim, significação moral. Apenas indiretamente é que a misericórdia para com os animais poderá repercutir na esfera moral, à medida que “quem exerce o afeto da misericórdia para com os brutos está mais próximo de tê-lo para com os homens” (Aquino, 1980, p. 102). É esse o sentido a ser conferido ao texto bíblico quando afirma que “o justo olha pela vida de seus animais”. Diretamente, portanto, não há qualquer obrigação de tratar os animais com misericórdia. Os animais podem ser beneficiados indiretamente, mas o propósito do ensinamento bíblico é outro: educar os homens, através da proibição de tratamentos cruéis aos animais, para que sejam misericordiosos para com os outros homens. Os animais não são o termo da prescrição, mas o meio de obtenção dos resultados práticos a ela subjacentes.

Considerações finais

O perfeccionismo moral proposto por Tomás de Aquino estende seus efeitos para além do círculo da animalidade. Em circunstâncias específicas, seres humanos podem sofrer um rebaixamento na escala de perfeição. É o que se dá com o pecador, que “se afasta da ordem racional e, portanto, decai da dignidade humana” (Aquino, 1980, p. 2.541). A partir de então, considerando que “o imperfeito se ordena para o perfeito” (Aquino, 1980, p. 2.540), “embora seja em si mesmo mau matar um homem, enquanto ele conserva sua dignidade, pode ser bom matar um pecador, como o é matar um animal” (Aquino, 1980, p. 2.541). O homem é “naturalmente livre” (Aquino, 1980, p. 2.541) e, por isso, quando peca e “vem a cair na escravidão dos animais” (Aquino, 1980, p. 2.541) é justo lançá-lo à morte, inclusive, como medida de defesa social, pois o

² Nas palavras de Aristóteles: “Efetivamente, nada é mais característico dos amigos que o desejo de viver juntos. As pessoas necessitadas desejam que os amigos as ajudem, já que estão perto, e até as mais prósperas desejam uma companhia – na verdade, estas são as últimas a optar por uma vida solitária”. (Aristóteles, 2001, p. 158)

“homem mau é pior que um bruto e causa maiores danos, como diz o Filósofo”³ (Aquino, 1980, p. 2.541).

Por isso vemos que é louvável e salutar a amputação de um membro gangrenado, causa de corrupção dos outros membros. Ora, cada indivíduo está para toda a comunidade como a parte, para o todo. Portanto, é louvável e salutar, para a conservação do bem comum, pôr à morte aquele que se tornar perigoso para a comunidade e causa de perdição para ela; pois, como diz o Apóstolo, um pouco de fermento corrompe toda a massa. (Aquino, 1980, p. 2.540)

A justificação dada por Tomás de Aquino à pena morte evidencia uma dificuldade que pode ser proposta à concepção moral pautada no escalonamento das perfeições: a inexistência de um critério último e extremo de dúvidas a respeito da posição a ser ocupada por cada um dos concernidos no mundo moral. E, mesmo que desse mundo sejam excluídos os animais, permanece em aberto a possibilidade do estabelecimento de subcategorias dentre os seres racionais, a fim de nelas abarcar, como em Aristóteles, as mulheres e os escravos, em Tomás de Aquino, os escravos e os pecadores e, em debates atuais, os imigrantes e os refugiados de guerra.

Em que pese possa ser posta em dificuldade, em alguns aspectos, a moral perfeccionista proposta por Tomás de Aquino, não se lhe pode negar o crédito proporcional ao tributo que pagou ao tempo – assim como, de resto, não tem sido negado a tantos outros grandes filósofos, inclusive Aristóteles. Tomás de Aquino deu seguimento às investigações filosóficas herdadas dos gregos e, tal como eles, situou na razão o ponto de apoio capaz de permitir ao homem – o animal racional – destacar-se da natureza. Nesse aspecto, ele integra a coluna-mestra do pensamento ocidental, que depois dele viria a ser continuada por Kant e Hegel.

A grande premência dada à razão tinha – e continua tendo – um objetivo justificável: evitar o perigo da mistificação, sempre indesejável na reflexão filosófica. A filosofia, porém, ao agarrar-se sem reservas à razão, ao mesmo tempo em que conseguiu atenuar o temor da mistificação, viu surgir e crescer um novo perigo: a razão absoluta transmutando-se em razão instrumental e em culto à técnica; a filosofia moral assumindo o caráter de uma filosofia do poder – e a defesa feita por Tomás de Aquino da pena de morte evidencia essa aproximação à medida que sustenta ser possível “matar o ladrão para dar sossego ao povo” (Aquino, 1951, p. 77; Aquino, 1951, p. 29), desde que, “quando da morte dos maus não resulte nenhum perigo para os bons” (Aquino, 1980, p. 2.541).

Esses riscos não foram contemplados nas reflexões do aquinate. Mesmo depois dele, foram poucas as vozes que alertaram para os perigos de uma filosofia da razão totalizante. Kierkegaard – e seu combate ao sistema de Hegel – foi um dos primeiros; mais recentemente, podem ser apontados Lévinas e Derrida.

Para a filosofia erigida à luz do animal racional – desde Aristóteles – a razão do escravo, a razão da mulher e a razão do pecador sempre estiveram à margem da razão do senhor e da razão

³ Nas palavras de Aristóteles: “O homem, quando perfeito, é o melhor dos animais; porém, quando apartado da lei e da justiça, é o pior de todos; uma vez que a injustiça armada é a mais perigosa, e ele é naturalmente equipado com braços, pode usá-los com inteligência e bondade, mas também para os piores objetivos. É por isso que, se o ser humano não for excelente, será o mais perverso e selvagem dos animais, o mais repleto de luxúria e de gula”. (Aristóteles, 2005, p. 147); ou, ainda: “Um homem mau fará dez mil vezes mais mal que um animal”. (Aristóteles, 2001, p. 140)

do homem de boa consciência – o homem bom. O homem ordinário – o existente sem mais, a estrutura biológica –, sempre foram um mito que apenas margeia o interesse filosófico. E essa é também a condição dos animais.

Quando o fariseu da conhecida parábola bíblica indaga “Quem é meu próximo?” (Lc 10, 29) concentrando, em poucas palavras, aquela que é a grande indagação da filosofia moral, a resposta, em uma perspectiva perfeccionista, poderia ser: o próximo do escravo é o escravo, o próximo da mulher é a mulher e o próximo do pecador é o pecador. E ainda restaria pendente a questão de se saber se, na escala de perfeição, eles estariam mais próximos dos animais ou dos homens livres e de boa consciência. De qualquer modo, haverá sempre um limite, na escala e na responsabilidade.

Nesse quadro, não é possível encontrar, na filosofia de Tomás de Aquino – exceto, talvez, na conservação de sua estrutura formal, tal como faz, em nossos dias, MacIntyre, seguida da reavaliação de algumas de suas virtudes – alguma possibilidade de extensão de proteção moral aos animais. Não há espaço em sua filosofia para, por exemplo, pensar os animais como o próximo a quem se deva caridade ou misericórdia. Haverá sempre uma escala que quer ser observada e uma responsabilidade que quer limites.

Referências

AQUINO, T. 1931. *Do governo dos príncipes ao rei do Cipro (De regno)*. Rio de Janeiro, Empresa Editora Abc, 172 p.

AQUINO, T. 1951. *Suma contra los gentiles*. Buenos Aires, Club de Lectores, 4v.

AQUINO, T. 1980. *Suma teológica*. Porto Alegre, Sulina, 11 v.

ARISTÓTELES. 2001. *Ética a Nicômacos*. Brasília, UNB, 238 p.

ARISTÓTELES. 2005. *Política*. São Paulo, Nova Cultural, 313 p.